

A INVESTIDA DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DOS TERRITÓRIOS (I)MATERIAIS DO AGRONEGÓCIO A PARTIR DO “DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR” E “MÃES DO AGRO”

Patrícia Abadia Roberto¹

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

E-mail: patriciaroberto23@gmail.com

Janaina Francisca de Souza Campos Vinha²

Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, Brasil

E-mail: janaina.vinha@uftm.edu.br

Resumo: A atuação do agronegócio na educação brasileira revela uma ofensiva estratégica de territórios (i)materiais, com o objetivo de consolidar sua hegemonia ideológica dentro dos espaços escolares. A partir da análise das associações “De Olho no Material Escolar” e “Mães do Agro”, observa-se como o agronegócio mobiliza discursos de neutralidade técnica e de modernização tecnológica para influenciar não apenas políticas públicas, como também conteúdos didáticos, materiais pedagógicos e a formação docente. A pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa, articulando revisão bibliográfica e documental sobre o processo de modernização conservadora e dolorosa, a economia do agronegócio, a hegemonia territorial, bem como a análise documental exploratória de documentos institucionais, cartilhas e conteúdos disponibilizados nos sites oficiais e mídias sociais das referidas associações. A educação, nesse contexto, é transformada em campo de disputa territorial, em que se travam batalhas pelo poder explicativo que adentram as instituições escolares. A ofensiva sobre a educação representa uma estratégia sofisticada de consenso e coerção, que visa reproduzir territórios (i)materiais, ao naturalizar o modelo agroexportador, silenciar perspectivas críticas sobre reforma agrária e direitos dos povos do campo, das águas e das florestas, configurando-se como uma forma de violência simbólica que complementa a violência física exercida nos territórios. Ainda, indicam que a territorialização do agronegócio na educação constitui-se num projeto político-pedagógico que busca consolidar sua hegemonia através do controle ideológico, ameaçando a autonomia pedagógica e a formação crítica das futuras gerações.

Palavras-chave: Educação; Territórios (i)materiais; Agronegócio.

CAPITAL'S INVESTIGATION IN EDUCATION: AN ANALYSIS OF THE (IM)MATERIAL TERRITORIES OF AGRIBUSINESS FROM THE EYE ON SCHOOL MATERIALS AND AGRICULTURAL MOTHERS

Abstract: The agribusiness sector's influence on Brazilian education reveals a strategic offensive of (im)material territories, aiming to consolidate its ideological hegemony within school spaces. Through the analysis of the associations "De Olho no Material Escolar" (Keeping an Eye on School Supplies) and "Mães do Agro" (Mothers of Agribusiness), this study observes how agribusiness mobilizes discourses of technical neutrality and technological modernization to influence not only public policies but also didactic content, pedagogical materials, and teacher training. The research is based on a qualitative approach, articulating bibliographic and documentary review on the process of

¹ Graduada em Licenciatura em Geografia pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM).

² Docente do Instituto de Educação, Letras, Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Geografia (DEGEO) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na Americana Latina e Caribe (TerritoriAL-UNESP).

conservative and painful modernization, the agribusiness economy, territorial hegemony, as well as exploratory documentary analysis of institutional documents, booklets, and content available on the official websites and social media of these associations. In this context, education is transformed into a field of territorial dispute, where battles for explanatory power penetrate school institutions. The offensive against education represents a sophisticated strategy of consensus and coercion, aimed at reproducing (im)material territories by naturalizing the agro-export model, silencing critical perspectives on agrarian reform and the rights of rural, water, and forest communities, thus configuring itself as a form of symbolic violence that complements the physical violence exercised in these territories. Furthermore, they indicate that the territorialization of agribusiness in education constitutes a political-pedagogical project that seeks to consolidate its hegemony through ideological control, threatening the pedagogical autonomy and critical formation of future generations.

Keywords: Education; (Im)material territories; Agribusiness.

LA INVESTIGACIÓN DEL CAPITAL EN EDUCACIÓN: UN ANÁLISIS DE LOS TERRITORIOS (IN)MATERIALES DEL AGRONEGOCIO DESDE LA MIRADA A LOS MATERIALES ESCOLARES Y LAS MADRES AGRÍCOLAS

Resumen: La influencia del sector agroindustrial en la educación brasileña revela una ofensiva estratégica de territorios (in)materiales, con el objetivo de consolidar su hegemonía ideológica en los espacios escolares. Mediante el análisis de las asociaciones "De Olho no Material Escolar" (Ojo con el Material Escolar) y "Mães do Agro" (Madres del Agronegocio), este estudio observa cómo la agroindustria moviliza discursos de neutralidad técnica y modernización tecnológica para influir no solo en las políticas públicas, sino también en el contenido didáctico, los materiales pedagógicos y la formación docente. La investigación se basa en un enfoque cualitativo, que articula una revisión bibliográfica y documental sobre el proceso de modernización conservadora y dolorosa, la economía agroindustrial, la hegemonía territorial, así como un análisis documental exploratorio de documentos institucionales, folletos y contenido disponible en los sitios web oficiales y redes sociales de estas asociaciones. En este contexto, la educación se transforma en un campo de disputa territorial, donde las batallas por el poder explicativo penetran en las instituciones escolares. La ofensiva contra la educación representa una sofisticada estrategia de consenso y coerción, dirigida a reproducir territorios (in)materiales mediante la naturalización del modelo agroexportador, silenciando las perspectivas críticas sobre la reforma agraria y los derechos de las comunidades rurales, hídricas y forestales, configurándose así como una forma de violencia simbólica que complementa la violencia física ejercida en estos territorios. Además, indica que la territorialización de la agroindustria en la educación constituye un proyecto político-pedagógico que busca consolidar su hegemonía a través del control ideológico, amenazando la autonomía pedagógica y la formación crítica de las futuras generaciones.

Palabras clave: Educación; Territorios (in)materiales; Agroindustria.

1. INTRODUÇÃO

O agronegócio têm se revelado como um modelo hegemônico que transcende as fronteiras materiais do campo, estabelecendo estratégias sofisticadas de controle ideológico sobre diferentes esferas da sociedade, incluindo a educação. Este fenômeno ganha contornos ainda mais preocupantes quando se observam iniciativas, como a associação De Olho no Material Escolar, criada em 2021, que representa uma ação orquestrada do agronegócio que avança nas escolas, combinando força e consenso na disputa territorial.

Os materiais disponibilizados por essa associação evidenciam uma tentativa deliberada de controlar e moldar a percepção da sociedade sobre o modelo agroindustrial e financeiro do/no campo, ocultando suas contradições, tensões e problemáticas estruturais. Utilizando-se de cartilhas, discursos, entre outros, a associação De Olho no Material Escolar, exemplifica essa ofensiva, buscando naturalizar o agronegócio como sinônimo de progresso e modernidade, tendo como alvo direto o público infantil e juvenil. Ao abordar as dinâmicas da territorialização do agronegócio, é imprescindível considerar não apenas os aspectos materiais, como a apropriação e exploração da terra, mas também as dimensões simbólicas e ideológicas que sustentam e legitimam esse processo de disputa territorial.

Não obstante, o grupo intitulado “Mães do Agro” têm tentado influenciar os currículos escolares da educação básica na busca por modificar a abordagem do agronegócio nos livros didáticos e junto ao Ministério da Educação (MEC), realizando reuniões com representantes do Estado. A narrativa, segundo o grupo, é que o setor está sendo discriminado nos livros didáticos, com conteúdos enviesados e falaciosos sobre o agronegócio.

Ao abordar as dinâmicas da territorialização do agronegócio, é imprescindível considerar não apenas os aspectos materiais, como a apropriação da terra e dos recursos naturais, mas também as dimensões simbólicas e ideológicas que sustentam e legitimam esse processo. Nesse sentido, Fernandes (2005) e Vinha (2014) introduzem a noção de território imaterial, compreendido como o espaço das representações, dos valores, das identidades e das disputas políticas que permeiam os territórios físicos. Essa perspectiva amplia a análise geográfica ao evidenciar que o domínio territorial também se exerce pela produção de sentidos e pela imposição de narrativas hegemônicas, especialmente quando se trata da atuação do agronegócio sobre a educação e os saberes locais. Para compreender a complexidade da investida do agronegócio na educação, o presente texto apresenta uma base teórica que desvela as nuances dessa hegemonia, como evidenciado em Delgado (2012), Fernandes (2014), Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), Bombardi (2017), Oliveira (1995), Elias (2010), Silva e Vinha (2023), Ferreira e Vinha (2020) e Lapig (2024). Para Delgado (2012), a transição do “capital financeiro na agricultura” para a “economia do agronegócio” representa mudanças cíclicas que redefinem as relações de poder e produção no campo brasileiro. Adotar essa perspectiva é fundamental para compreender como o agronegócio extrapola a esfera produtiva, adentrando os espaços simbólicos da formação social e cultural,

entre eles, a escola. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação, manifesta se, além do fechamento de escolas rurais, adentrando as disputas político-ideológicas dos conteúdos curriculares (Alentejano, 2021). Cordeiro (2022) aprofunda essa discussão ao demonstrar como essa hegemonia se constrói por meio de estratégias de coerção e consenso, visando influenciar a formação de professores e estudantes, inibindo questionamentos sobre os temas: o uso de agrotóxicos, a grilagem de terras, os impactos socioambientais e a concentração fundiária, por exemplo. No que tange aos trabalhos produzidos sobre a ofensiva do agronegócio sobre a educação, destacam-se Alentejano, (2021), Cordeiro (2022), Lamosa e Loureiro (2021) e Nannini e Marcusso (2024). Mitidiero Junior e Goldfarb (2021), ao analisarem o discurso hegemônico do agronegócio, desmontam a retórica do “agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, revelando que esse setor é, na realidade, marcado por concentração de terras, dependência tecnológica e impactos socioambientais expressivos. Essa crítica contribui para entender os interesses do agronegócio na educação, buscando, através do controle do imaginário social, legitimar narrativas que contraria as evidências científicas. Compreender essa dinâmica torna-se fundamental para desvelar os mecanismos através dos quais o agronegócio constrói sua hegemonia, utilizando a educação como palco para legitimar um modelo de desenvolvimento que, como demonstra Elias (2010), está envolto a mitos que obscurecem suas reais contradições socioambientais e territoriais. A análise crítica desses discursos falaciosos revela-se essencial para a Geografia, enquanto ciência que se dedica à compreensão das relações socioespaciais e dos processos de territorialização do capital no campo brasileiro.

O recorte temporal da análise concentra-se no período posterior à criação dessas associações, a partir de 2020 até 2025, possibilitando compreender a emergência e consolidação recente dessas iniciativas, onde buscamos entender as estratégias de construção de sua hegemonia no campo educacional. Para estudar e entender as associações utilizamos os materiais disponibilizados pelas mesma em suas mídias sociais e sites.

Assim, objetivamos analisar a ofensiva do agronegócio sobre a educação, focalizando nas estratégias de consolidação ideológica empreendidas no campo educacional. Busca-se compreender como essas ações configuram um projeto político-pedagógico que visa naturalizar um modelo produtivo excludente, disputando territórios, a partir de narrativas, sobre o espaço agrário brasileiro e inibindo a formação de sujeitos críticos capazes de questionar as estruturas de poder estabelecidas.

Por fim, a pesquisa evidencia que a ofensiva do agronegócio na educação constitui um ato de violência que busca impedir a formação de sujeitos críticos e a valorização de saberes diversos capazes de questionar e transformar as estruturas de poder. O agronegócio visa, através da sua hegemonia, silenciar debates essenciais sobre reforma agrária, movimentos socioespaciais e socioterritoriais, luta pela terra, conflitos territoriais, desigualdades socioambientais e os direitos dos povos do campo, das águas e das florestas. É necessário entender sua formação, os discursos que sustentam sua hegemonia, para, assim, combater sua territorialização em sua totalidade e complexidade.

Além dessa introdução e das considerações finais, o presente artigo estrutura-se em dois eixos principais: reflete a gênese e consolidação da hegemonia política do agronegócio (1); discute a educação como território (i)material, destacando a atuação das associações De Olho no Material Escolar e Mães do Agro (2), ambas patrocinadas pela agricultura capitalista.

2. A MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA E DOLOROSA DO CAMPO

A expansão do agronegócio nas últimas décadas é parte de um movimento complexo, marcado por profundas transformações no modelo socioespacial e econômico brasileiro. Esse processo está inserido na transição de um modelo de modernização conservadora, implementado durante o regime militar (1964-1985), para uma economia crescentemente integrada ao comércio internacional de *commodities*, denominada por Delgado (2012) de economia do agronegócio.

A modernização priorizou a produtividade e a competitividade no mercado global, mas preservou a estrutura fundiária desigual, consolidada no Brasil pela Lei de Terras de 1850 (Delgado, 2012). A ausência de uma reforma agrária estrutural reforçou o poder do latifúndio e dos conglomerados agroindustriais, aprofundando as desigualdades no campo.

Esse processo incluiu crédito rural subsidiado, mecanização intensiva, uso de insumos químicos, melhorias em infraestrutura e a manutenção da concentração fundiária. Contudo, como aponta Fernandes (2008), a ausência de democratização do acesso à terra intensificou a exclusão de pequenos agricultores e trabalhadores rurais, consolidando o modelo agroexportador centrado em grandes propriedades. As medidas implementadas evidenciam a atuação de um Estado capitalista, especialmente durante o regime militar (1964-1985), que legalizou e incentivou as atividades do capital no campo. O governo militar, por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), ofereceu crédito rural com juros baixos,

até mesmo negativo, permitindo que grandes e médios proprietários investissem em equipamentos como tratores e colheitadeiras (Delgado, 2012). Além disso, investimentos logísticos e de infraestrutura, como estradas, portos e sistemas de armazenamento, facilitaram o escoamento da produção. Essas políticas, segundo Mitidiero e Goldfarb (2021), fortaleceram a hegemonia do agronegócio, priorizando grandes produtores em detrimento de povos tradicionais do campo que lutavam por reforma agrária, perpetuando a concentração de terras e aprofundando desigualdades.

A mecanização e a concentração fundiária resultaram em um processo doloroso de expulsão de trabalhadores do campo a partir da década de 1960, promovendo a saída forçada e a expropriação da classe trabalhadora do campo. Esse fenômeno gerou o crescimento desordenado das periferias urbanas e a precarização das condições de vida, uma vez que as cidades não estavam preparadas para absorver esse contingente populacional.

Rua (2005) destaca que as relações campo-cidade foram profundamente alteradas nesse contexto, com o êxodo rural intensificando a urbanização desordenada e a formação de periferias, marcadas pela exclusão social, evidenciando a interdependência entre a modernização do campo e os desafios socioespaciais urbanos.

Entretanto, o êxodo rural não representou apenas a saída dos camponeses de seus territórios, mas também favoreceu a expansão das fronteiras agrícolas do agronegócio, na medida em que as terras dos pequenos produtores foram incorporadas pelo capital. Assim, o processo de modernização do campo esteve articulado tanto à reestruturação socioespacial urbana quanto ao fortalecimento do modelo agrícola empresarial.

O modelo do agronegócio também é marcado pela adoção em larga escala de agrotóxicos, como fertilizantes, pesticidas e fungicidas, integrados a um pacote tecnológico que inclui sementes geneticamente modificadas e assistência técnica. Bombardi (2017) argumenta que esse modelo gera uma dependência estrutural de multinacionais que controlam a produção e comercialização desses insumos, comprometendo a soberania alimentar e intensificando os impactos ambientais e sociais.

A partir dos anos 2000, o agronegócio ganhou novos impulsos, lançado por fatores internos e externos. Internamente, o Estado brasileiro retomou políticas de crédito rural e articulou cadeias produtivas, consolidando o modelo agroexportador. Externamente, a crescente demanda global por *commodities*, especialmente da China, valorizou as terras e atraiu investimentos em infraestrutura logística (Delgado, 2012). Conforme Mitidiero e Goldfarb

(2021), esse cenário intensificou a financeirização da agricultura, com a entrada de grandes capitais estrangeiros e a especulação fundiária, agravando os conflitos no campo, como evidenciado anualmente nos relatórios divulgados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024).

2.1 DA MODERNIZAÇÃO CONSERVADORA À ECONOMIA DO AGRONEGÓCIO

No Brasil, ao longo dos anos, muitos fatores contribuíram para a transição da modernização conservadora para a economia do agronegócio. Segundo Delgado (2012), podemos dividir essa transição em três fases principais: 1. crise do modelo de modernização conservadora (1980); 2. período de transição e gênese do agronegócio (1990); 3. consolidação da economia do agronegócio (a partir dos anos 2000).

O modelo de modernização conservadora, que foi impulsionado pelo Estado durante o regime militar (1965-1985) com base em crédito rural farto e subsidiado, entrou em colapso nos anos 1980. A crise da dívida externa e a hiperinflação levaram o Estado brasileiro à falência, com isso, a principal fonte de financiamento do campo, o crédito público subsidiado, “secou”. Esse período, conhecido como a década perdida, foi de estagnação para a agricultura, marcando o fim de um ciclo de intenso crescimento da agricultura industrial.

Com o fim do crédito estatal, o setor agrícola precisou buscar novas fontes de financiamento, trazendo a abertura econômica e financeira. O Brasil se abriu ao capital internacional, momento em que grandes corporações multinacionais (*tradings* como Cargill, Bunge, ADM, Dreyfus) e o capital financeiro passaram a ocupar o espaço deixado pelo Estado, oferecendo crédito, insumos e tecnologia diretamente aos produtores.

Essa mudança no financiamento deixou de ser predominantemente estatal e passou a ser privado, ou seja, atrelado às essas grandes empresas. Instrumentos financeiros como a Cédula de Produto Rural (CPR), criada em 1994, foram fundamentais, pois com a CPR, o produtor podia vender sua safra futura para uma *trading* em troca de financiamento para o plantio. Outro instrumento foi a lei Kandir (1996), um marco decisivo que isenta de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) a exportação de produtos primários e semielaborados, oferecendo um enorme incentivo para que toda a produção agrícola se voltasse ao mercado externo e consolidando o modelo agroexportador e fortalecendo o agronegócio no Brasil.

À exemplo disso, o super ciclo das *commodities*, impulsionado pelo crescimento acelerado das relações com a China, fez os preços dos produtos agrícolas dispararem, tornando o agronegócio extremamente lucrativo. Esse contexto de valorização internacional reforçou ainda mais o peso político e econômico do setor, exigindo do Estado uma reconfiguração de sua atuação.

O retorno do Estado passa a se dar em um papel ativo, e não mais como o principal financiador direto, mas como articulador e garantidor dos interesses do agronegócio. Nesse sentido, investe avidamente em infraestrutura (estradas e portos), retoma linhas de crédito por meio de parcerias público-privadas e legítimas práticas que ampliam a lógica de acumulação e reprodução do capital.

Assim, a passagem da modernização conservadora para a economia do agronegócio ocorreu, principalmente, durante a década de 1990, tendo como marcos a criação da Cédula de Produto Rural (CPR) e a Lei Kandir. Nesse período, o eixo de poder e financiamento se deslocou do Estado para o capital privado, comandando por grandes corporações. Nos anos 2000, essa transição se completa e o modelo do agronegócio se consolida plenamente, tornando-se a força hegemônica no campo brasileiro.

2.2 HEGEMONIA E TERRITORIALIZAÇÃO: OS PILARES DO PODER DO AGRONEGÓCIO

O agronegócio brasileiro consolidou-se como uma força dominante, territorializando-se diante dos territórios camponeses, indígenas e tradicionais, por meio de seus poderes econômico, político e ideológico. Esse domínio é impulsionado por políticas estatais, avanços tecnológicos e a demanda global por *commodities*, que posicionam o Brasil como líder em exportações agrícolas, mas também geram desigualdades e impactos socioambientais. A territorialização do agronegócio, marcada pela apropriação do espaço, reflete esses pilares, que se interconectam para reforçar a hegemonia do setor (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

A territorialização do agronegócio ocorre através da apropriação e transformação do espaço geográfico para atender à lógica da acumulação de capital. Esse processo se manifesta na expansão das fronteiras agrícolas, na substituição de sistemas produtivos diversos por monoculturas e na transformação da terra em ativo financeiro (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

A financeirização, intensificada a partir dos anos 2000, converte terras e produção agrícola em ativos negociados por instrumentos como a Cédula de Produto Rural (CPR) e os Fundos de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais (Fiagro). Esse fenômeno desvincula a terra de sua função social, tratando-a como mercadoria para especulação, o que eleva seus custos e aprofunda a exclusão social no campo, marginalizando pequenos agricultores e comunidades tradicionais (Kato; Leite, 2020). Essa dinâmica de financeirização sustenta o poder econômico do agronegócio, consolidando sua posição como pilar central de sua hegemonia (Delgado, 2012).

O poder econômico do agronegócio é impulsionado por políticas de crédito, inovações tecnológicas e a demanda global, que fizeram do Brasil o maior exportador mundial de soja, café, açúcar e carne bovina (ABAG/RP, 2025). Desde 1990, a produção de grãos cresceu 471%, enquanto a área plantada aumentou apenas 116%, evidenciando o salto tecnológico.

Esse desempenho, sustentado por incentivos fiscais e créditos rurais retomados a partir dos anos 2000, mascara as desigualdades, como a concentração fundiária e a marginalização de pequenos produtores. Esse poder econômico se traduz em uma forte influência política, que contribui para a tomada de decisões legislativas em favor do setor (Delgado, 2012).

A robusta representação política do agronegócio, materializada na bancada ruralista, atua no Congresso Nacional para aprovar legislações que favorecem o setor, como a flexibilização do Código Florestal e a redução de áreas protegidas, promovendo a expansão das fronteiras agrícolas. Esse lobby, financiado por grandes empresas, injeta milhões para influenciar decisões políticas, frequentemente em detrimento de direitos territoriais de comunidades rurais e indígenas (Mitidiero e Goldfarb, 2021).

2.3 IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA TERRITORIALIZAÇÃO DO AGRONEGÓCIO

O modelo de desenvolvimento representado pelo agronegócio no Brasil, embora frequentemente associado ao progresso econômico, impõe um custo extremamente alto ao meio ambiente e às comunidades rurais. A forma como o setor se expande e se organiza no território, priorizando o lucro em larga escala, gera um rastro de degradação ambiental e conflitos sociais. As análises de diversos pesquisadores, com destaque para os trabalhos de

Ferreira e Vinha (2020) e Silva e Vinha (2023) ajudam a compreender a dimensão desses impactos.

A expansão do agronegócio é, em sua essência, um processo de territorialização que transforma profundamente a paisagem e as relações sociais. Essa expansão não é neutra; ela impõe uma lógica produtiva que é, ao mesmo tempo, excludente e predatória (Ferreira; Vinha, 2020).

Na prática, isso significa que sistemas de produção diversificados e modos de vida sustentáveis, praticados por comunidades camponesas, indígenas e quilombolas, são sistematicamente ignorados e substituídos por extensas monoculturas de soja, milho, cana-de-açúcar e eucalipto. Essa substituição não é apenas uma troca de culturas, mas a imposição de um modelo que não permite a coexistência, gerando a expulsão de populações de seus territórios tradicionais (Ferreira; Vinha, 2020).

A lógica predatória tem consequências diretas e devastadoras para o meio ambiente. A necessidade de abrir novas áreas para o plantio e a pastagem é o principal motor do desmatamento em biomas como a Amazônia e, de forma mais acentuada, o Cerrado. O Cerrado, conhecido como o berço das águas do Brasil, já perdeu mais da metade de sua vegetação original, um processo diretamente ligado à expansão da soja e da pecuária (Ferreira; Vinha, 2020).

Além da destruição de ecossistemas, o modelo produtivo do agronegócio é quimicamente intensivo. O Brasil se consolidou como um dos maiores consumidores de agrotóxicos do mundo, e essa prática tem implicações severas para a saúde ambiental e humana. O uso massivo desses venenos leva a uma contaminação generalizada dos solos, dos rios e dos lençóis freáticos.

Essa contaminação não fica restrita às fazendas, ela se espalha pelo ambiente, afeta a fauna e chega à mesa dos consumidores através dos alimentos. Para as comunidades rurais que vivem no entorno das grandes plantações, o impacto é mais direto, com um aumento alarmante na incidência de doenças graves, como o câncer, problemas neurológicos e malformação fetal, associadas à exposição crônica aos agrotóxicos (Silva; Vinha, 2023).

Do ponto de vista social, a chegada do agronegócio a uma região não significa progresso, pelo contrário, intensifica os conflitos e a desigualdade. Isto acontece devido à valorização da terra, impulsionada pela especulação e pela demanda por commodities, dificultando o acesso à terra para os pequenos produtores, acelerando a concentração

fundiária. Entretanto, o Estado brasileiro, ao invés de promover a reforma agrária e democratizar o acesso à terra, tem atuado como um agente facilitador da expansão do latifúndio moderno (Sauer, 2021).

Nesse cenário, os conflitos pela terra se tornam mais frequentes e violentos. Para Silva e Vinha (2023), a territorialização do agronegócio, a expulsão de famílias, a grilagem de terras e a intimidação de lideranças comunitárias, são estratégias comuns utilizadas para limpar o território para a chegada das grandes empresas e monoculturas. O resultado é um campo marcado pela violência, violação de direitos e pela desestruturação de modos de vida.

O relatório Conflitos no Campo Brasil 2024 da Comissão Pastoral da Terra (CPT) revela que, embora 2024 tenha registrado uma leve diminuição no número total de ocorrências em relação ao recorde de 2023, consolidou um patamar alarmante de violência e tensão no campo brasileiro. Em 2023, foram registrados 2.203 conflitos, o maior número documentado em toda a história da publicação iniciada em 1985. Já em 2024, o número foi de 2.185 ocorrências, representando uma redução de 18 casos, mas ainda mantendo-se em níveis extremamente elevados. As estruturas que geram a violência não apenas persistiram, mas se adaptaram, com o avanço do agronegócio e da mineração, continuando a ser o principal motor da expropriação de territórios e da violação de direitos. No mais, enquanto os lucros ficam concentrados nas mãos de um grupo pequeno e seletivo de grandes produtores e empresas, os prejuízos, como a destruição do meio ambiente, a contaminação por agrotóxicos, a desestruturação social e a violência no campo, são arcados por toda a população, especialmente pelas comunidades que estão na linha de frente dessa expansão (Fernandes, 2014).

2.4 DESCONSTRUINDO A NARRATIVA HEGEMÔNICA: DADOS E CONTRADIÇÕES

Para Mitidiero e Goldfarb (2021) é necessário desconstruir a narrativa hegemônica do agronegócio, e questionar a imagem de pilar autossuficiente e benéfico da economia brasileira atribuída ao setor.

A contribuição real e direta da agropecuária para o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil é, em média, de apenas 5,4%. O número frequentemente divulgado (que chegou a 26,6% em 2020) é calculado com uma metodologia própria do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (CEPEA/Esalq),

que anexa ao cálculo toda a cadeia de insumos, indústria e serviços, inflando artificialmente sua importância e gerando uma dupla contagem.

Essa narrativa de mais de 25% do PIB continua sendo o principal pilar de marketing do setor, como cita Mitidiero Junior; Goldfarb (2021). No entanto, os dados oficiais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), para o primeiro trimestre de 2024, mostraram uma queda de 11,3% no PIB da Agropecuária em comparação com o mesmo período do ano anterior (LAPIG, 2024). Em 2019, a arrecadação total de tributos da agricultura, pecuária e serviços relacionados foi de apenas R\$6,4 bilhões. Em comparação, o setor de educação arrecadou R\$60,6 bilhões e a indústria automobilística, R\$55 bilhões. A Lei Kandir (1996), que isenta de ICMS a exportação de produtos primários, gera uma perda de arrecadação para os estados estimada em R\$22 bilhões por ano (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

No mais, a geração de emprego e renda não é *pop* para o trabalhador. O agronegócio patronal é o setor que menos gera empregos formais, assim como paga os salários mais baixos da economia. A maior parte da mão de obra no campo (equivalente a 10,1 milhões de um total de 15,1 milhões de trabalhadores) está na agricultura camponesa, não no agronegócio exportador. Além disso, as atividades com maior número de resgates de trabalhadores em condições análogas à escravidão advém da pecuária de corte, do cultivo de arroz e da produção de cana-de-açúcar (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

A intensificação da violência no campo brasileiro, especialmente a partir do *impeachment* de Dilma Rousseff em 2016, revela um processo articulado de contrarreforma agrária, conduzida tanto por instrumentos legais quanto pela imposição violenta de interesses do capital agrário. Conforme assinalado por Porto-Gonçalves (2017), a ofensiva conservadora que se instala no país com o avanço do agronegócio opera em duas frentes simultâneas: de um lado, promove mudanças legais que enfraquecem os marcos regulatórios de proteção aos territórios e, de outro, amplia o uso da força para expulsar povos do campo, da floresta e das águas.

De acordo com a CPT, em 2016, ocorreram 74 tentativas de assassinatos, 25% a mais do que em 2015. Foram 200 ameaças de morte, 10% a mais que o ano anterior, totalizando 228 prisões, 185% a mais que 2015 (de 80 presos cresceram para 228 em 2016); os ameaçados de prisão saltaram 441% entre 2015 e 2016; e as agressões físicas pularam de

187 agressões em 2015 para 571 em 2016, um aumento de 205% (CPT, 2017; Mitidiero, 2017).

Com a ascensão de Michel Temer (2017 e 2018) e, posteriormente, de Jair Messias Bolsonaro (2019 a 2022) à presidência da república, houve não apenas o desmonte de políticas públicas voltadas ao campo, mas também um alinhamento explícito com a bancada ruralista e os interesses do capital internacional, promovendo a abertura de novos territórios para a exploração intensiva de *commodities*. A militarização do campo e o esvaziamento do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) se tornaram estratégias institucionais da contrarreforma agrária, enquanto a violência física se intensificava nas zonas de conflito (Porto-Gonçalves, 2017).

Segundo Bombardi e Changoe (2022), o Brasil experimentou um crescimento exponencial na aprovação de agrotóxicos, particularmente durante esses referidos governos. Durante a gestão Temer (2016-2018), foram liberados mais de 1.130 novos registros de agrotóxicos. Já no governo Bolsonaro esse processo foi intensificado, com a aprovação de cerca de 1.560 produtos entre 2019 e 2022, estabelecendo recordes com até 500 aprovações anuais. Esse aumento vertiginoso representa uma mudança significativa na política regulatória brasileira, em que o número de aprovações nos últimos anos supera consideravelmente os registros de décadas anteriores.

Esse cenário revela um projeto político de exclusão, que não apenas inviabiliza a democratização do acesso à terra, mas também promove a destruição dos territórios indígenas, camponeses e tradicionais como forma de consolidar a territorialização do agronegócio. A violência no campo, não é um efeito colateral, mas parte central da lógica de concentração de terras, de expropriação e de controle dos territórios e dos corpos que resistem à expansão do capital no campo brasileiro.

O modelo agroexportador prioriza *commodities* em detrimento da produção de alimentos para o mercado interno. A área cultivada com a cesta básica (arroz, feijão, mandioca) despencou de 24,7% da área agrícola total em 1988 para apenas 7,7% em 2018. Como resultado, em 2020, enquanto o Brasil batia recordes de exportação, 19 milhões de brasileiros passavam fome (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

Embora o Brasil tenha saído novamente do Mapa da Fome da ONU em 2025, (Food And Agriculture Organization Of The United Nations (FAO, 2024), a insegurança alimentar ainda é uma realidade. A inflação dos alimentos, impulsionada pela priorização da

exportação e por eventos climáticos extremos (como as enchentes no Rio Grande do Sul, um estado chave na produção de arroz), continua como um grande desafio.

A narrativa do agronegócio como motor do progresso brasileiro é uma construção manipulada que mascara sua perversidade intrínseca. Por meio de metodologias infladas, como as do CEPEA/Esalq, o setor superdimensiona sua contribuição econômica, enquanto sua baixa arrecadação tributária, precariedade trabalhista e impactos ambientais devastadores revelam um modelo que prioriza lucros em detrimento da dignidade humana e da justiça socioambiental (Mitidiero; Goldfarb, 2021).

Os resgates de milhares de trabalhadores em condições análogas à escravidão, como os 2.663 registrados em 2023, destacam a exploração cruel nas cadeias de *commodities*, como o café, enquanto a redução drástica da produção de alimentos básicos agrava a insegurança alimentar. Essa manipulação discursiva, que vende o agronegócio como "pop" e "tech", justifica a concentração de terras e riquezas, perpetuando desigualdades estruturais e violências contra trabalhadores, povos tradicionais e o meio ambiente (Mitidiero; Goldfarb, 2021; CPT, 2025).

Esses dados e contradições revelam a verdadeira face do agronegócio brasileiro, muito distante da narrativa de prosperidade e progresso frequentemente divulgada. A concentração de terras, a exploração da mão de obra, a priorização da exportação de *commodities* e os impactos socioambientais expõem um modelo profundamente desigual e excludente, cujas consequências se refletem nas políticas, nas práticas sociais e nas relações de poder que estruturam o campo e a sociedade.

3. A OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO NA EDUCAÇÃO: O ASSOCIAÇÃO DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR E O MOVIMENTO MÃES DO AGRO COMO APORTES PARA A COMPREENSÃO DOS TERRITÓRIOS (I)MATERIAIS

A consolidação da hegemonia do agronegócio no Brasil ultrapassa o controle sobre a terra e os processos produtivos, avançando de forma estratégica sobre um território fundamental para a formação de valores e a construção do pensamento crítico: a educação (Fernandes, 2008). A disputa pela narrativa educacional no Brasil ganhou novos contornos com o surgimento de movimentos organizados por pessoas ligadas ao agronegócio que buscam influenciar diretamente no conteúdo dos materiais didáticos (Alentejano, 2023). É uma expressão contundente que revela como o território necessita ser apreendido diante das suas dimensões materiais e imateriais (Vinha, 2013).

Assim, antes de prosseguir com a análise, é importante elucidar sobre a natureza do que se compreende por território, denominado de territórios (i)materiais:

Os territórios são países, estados, regiões, municípios, departamentos, bairros, fábricas, vilas, propriedades, moradias, salas, corpo, mente, pensamento, conhecimento. Os territórios são, portanto, concretos e imateriais. O espaço geográfico de uma nação forma um território concreto, assim como um paradigma forma um território imaterial. O conhecimento é um importante tipo de território, daí a essencialidade do método que são espaços materiais (imateriais) onde os pensamentos são elaborados. (Fernandes, 2005, p. 28)

Imaterialidade e materialidade são complementares e indissociáveis na compreensão sobre o território. É a mobilidade dos territórios imateriais sobre o espaço geográfico, por intermédio da intencionalidade, que determina a construção de territórios materiais (Fernandes, 2005). Assim, a intencionalidade do agronegócio, regimentada pelo avanço no campo educacional, é considerado um aspecto da (i)materialidade do território do capital. Isso indica o caráter multidimensional do poder (Raffestin, 1993), se expressando imaterialmente, através de ideias, conhecimentos, paradigmas e concepções (VINHA, 2014), e que contribui na constituição da materialidade dos territórios comandados pelo agronegócio. no seio da sociedade e se materializa nas ações em que a informação, aqui representada pelos paradigmas, se transforma em energia, portanto, em forças, disputas, tensões e conflitualidades.

Percebe-se uma disputa territorial, que se manifesta, neste caso, no poder explicativo (CAMPOS, 2012), presente nos campos de produção do conhecimento e parte da construção de ambas associações que representam o capital no campo. Por isso, esses dois programas se destacam nessa ofensiva: a associação Mães do Agro e a associação De Olho no Material Escolar, as quais devem ser entendidas no interior do campo do poder e interpretadas como imateriais, mas que conectam-se, diretamente, e de forma indissociável, à dimensão material que influencia no processo de territorialização do agronegócio nos espaços rurais brasileiros. Representam uma estratégia coordenada pelo avanço do capitalismo no campo para modificar a compreensão e o pensamento sobre o setor agropecuário nas escolas brasileiras (Nannini; Marcusso, 2023).

O que começou como um movimento informal de mães rapidamente foi redimensionado. Em junho de 2021, foi fundada a associação De Olho no Material Escolar,

uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos (De Olho No Material Escolar, 2025). A associação se apresenta com o objetivo de atualizar referências ao agronegócio em livros didáticos, com base em conteúdo científico, gerando perspectivas positivas sobre o setor para os estudantes (De Olho no Material Escolar, 2025). Contudo, a presença da associação De Olho no Material Escolar nas mídias digitais revela mais do que uma simples proposta pedagógica.

Letícia Jacintho, formada em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP), uma das fundadoras, presidenta e porta-voz do movimento, descreve essa criação:

A Associação De Olho no Material Escolar surgiu durante a pandemia através da organização da sociedade civil que estava presente não só vendo o material didático das crianças, mas também ouvindo as explicações que eram feitas em aula e propostas de atividades e provas sobre o agro. Isso nos impactou bastante naquela época, pois percebemos uma distância muito grande entre realidade e a própria ciência que temos no Brasil e os materiais didáticos. Eles estavam desatualizados, trazendo informações de 50 a 100 anos atrás, abordando assuntos que não existem mais e condenando um setor que vem ajudando a colocar a economia nos trilhos com grandes números de sucesso, além de ser um setor tecnológico e social (Jacintho, 2024, p. 37).

O discurso de Letícia Jacintho apresenta a organização como uma iniciativa espontânea de mães preocupadas com os materiais didáticos, que ficaram mais próximas durante a pandemia, revelando inconsistências significativas quando confrontado com a estrutura e os modos operacionais da associação.

A narrativa de uma mobilização “natural”, supostamente motivada por inquietações pessoais, é desmentida e demonstrada pelas conexões profissionais de Jacintho, que é vice-presidente do Núcleo Feminino do Agronegócio (NFA) e membro do Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (COSAG), além de sua experiência prévia no mercado financeiro em instituições como o Banco Crédito Agricole e o Banco - BBM (Alentejano, 2023). Essas credenciais indicam uma forte vinculação com o setor agropecuário e financeiro, incompatível com a ideia de uma iniciativa desinteressada de mães.

A associação é financiada por 70 empresas, incluindo a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que representa gigantes como JBS, Cargill, Itaú BBA e Cosan, evidenciando um suporte corporativo estruturado (Repórter Brasil, 2024). Além disso, o vice-presidente Christian Lohbauer, ex-presidente da CropLife Brasil, reforça os laços com a indústria de agrotóxicos (Alentejano, 2023).

Essas conexões, aliadas ao lobby institucional com editoras e a Frente Parlamentar Agropecuária (FPA), demonstram que a De Olho no Material Escolar opera como um projeto estratégico do agronegócio, e não como um movimento espontâneo, visando moldar a narrativa educacional em favor de interesses corporativos. A ascensão da associação Mães do Agro e a criação da associação De Olho no Material Escolar representam um marco na estratégia para influenciar a educação brasileira (Alentejano, et al., 2023).

Em 2020, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) solicitou ao MEC a revisão de livros didáticos por suposto “conteúdo ideológico” (Freitas, 2021). Ainda, em 2024, reuniu-se com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), para influenciar o Plano Nacional de Educação (PNE), criticado por sua postura “refratária à iniciativa privada” (Freitas, 2024).

A associação também colabora com a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e o Conselho Superior do Agronegócio da Fiesp (COSAG), onde existe uma pressão sobre as editoras, como a Somos Educação, para revisar conteúdos críticos ao setor, promovendo uma visão favorável ao agronegócio que minimiza impactos de agrotóxicos e concentração fundiária (Nannini; Marcusso, 2023).

Em seu site oficial, a associação traz os seguintes programas: Editoras e materiais – “Atualizações de materiais didáticos baseada em dados e evidências científicas”; Agroteca – “Biblioteca gratuita de conteúdos baseados em evidências científicas” ;Mestres no Agro – “capacitação e atualização para profissionais de ensino”; Vivenciando a prática – “Vivências técnicas imersivas que conectam escola, ciência e setores produtivos” #Seliganocampo; “Espetáculo teatral levando educação e cultura para estudantes de todo país”; Educa Município – “Informação e parceria para uma educação municipal de qualidade”; Responsabilidade política – “Debate e apoio a políticas públicas para melhorar a educação do nosso país” (De Olho no Material Escolar, 2025).

A análise dos programas apresentados pela associação De Olho no Material Escolar evidencia que sua atuação não se restringe a atualização ou mesmo a crítica pontual de conteúdos didáticos, mas consiste numa estratégia estruturada em diferentes frentes. Ao organizar suas ações em frentes como produção de materiais, formação docente, articulação institucional e intervenção cultural, o movimento constrói um circuito de influência que se estende desde a formulação de políticas públicas até o cotidiano da sala de aula.

No plano mais amplo, iniciativas como “Responsabilidade política” e “Educa Município” indicam uma atuação voltada à incidência sobre a gestão educacional e a formulação de políticas públicas. Ao se colocar como agente participante do debate educacional, o movimento busca impor sua presença junto a setores de poder decisório, aproximando-se de secretarias de educação e, potencialmente, de diretrizes nacionais que orientam o currículo. Essa estratégia revela tentativas de agentes no interior dos espaços formais de decisão, buscando influenciar políticas públicas, diretrizes curriculares e práticas educacionais, configurando-se como ação política orientada sobre as bases normativas da educação.

Essa disputa vem ocorrendo de forma sistemática. A realização de uma reunião, no final de 2020, entre representantes da Frente Parlamentar Agrícola e o Ministério da Educação, demonstra o avanço e a articulação política dessa frente. Mais recentemente, em 2025, a associação organizou, em Brasília, o Encontro Nacional sobre Governança Educacional. O evento reuniu especialistas, técnicos, representantes de redes de ensino, organizações da sociedade civil e órgãos de controle. Houve, inclusive, a participação do Tribunal de Contas da União (TCU), evidenciando, mais uma vez, como o Estado atua na legitimação dos interesses do agronegócio. Outro episódio diz respeito a audiência pública na Comissão de Educação (CE), ocorrida em 2025. A audiência atende a requerimento do senador Zequinha Marinho (Podemos-PA), o qual afirma que o material didático brasileiro apresenta uma visão distorcida contra o agronegócio. Os debatedores, inclusive, questionaram os critérios do Ministério da Educação (MEC) para a seleção dos conteúdos distribuídos às escolas.

Paralelamente, programas como “Editoras e materiais” e “Agroteca” demonstram uma atuação direta sobre a produção e circulação do conhecimento escolar. Ao reivindicar a atualização de materiais didáticos com base em “evidências científicas”, o movimento constrói um discurso de autoridade técnica que busca legitimar a revisão de conteúdos críticos ao agronegócio. Essa ação incide diretamente sobre o Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), interferindo na seleção, elaboração e validação de conteúdos utilizados nas escolas públicas. Trata-se, portanto, de uma estratégia de controle que visa redefinir quais narrativas são consideradas legítimas no ambiente escolar.

Aqui, damos destaque ao campo do currículo escolar, cuja ofensiva do agronegócio tem como alvo estratégico alguns dos principais instrumentos de política educacional do país: o PNLD (Freitas, 2024).

O PNLD é uma política pública executada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) e pelo Ministério da Educação, destinada a disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias de forma sistemática, regular e gratuita. É um dos maiores programas de distribuição de livros do mundo. O programa atua garantindo que os materiais adquiridos vão diretamente para as mãos dos estudantes e professores das escolas públicas participantes do Programa. Isso garante o acesso a materiais de excelente qualidade (Brasil, 2025).

Em 2020, o deputado Jerônimo Goergen (PP-RS) solicitou ao MEC a revisão de livros por suposto “conteúdo ideológico” (Brasil de Fato, 2021). Essa pressão configura uma tentativa de censura que ameaça à liberdade de cátedra e o direito dos estudantes a uma educação plural e crítica. Como afirma Alentejano, (2023), essa ofensiva busca impedir que as escolas sejam um espaço de debate crítico sobre os problemas gerados pela hegemonia do agronegócio no campo e na sociedade brasileira.

Uma matéria publicada em fevereiro de 2026, numa investigação em parceria com o projeto Mentiras Plantadas e o Pulitzer Center, desvelou que temas como desmatamento, mudanças climáticas e agrotóxicos vem sendo censurados nos livros didáticos, orientados a absorver concepções mais positivas sobre o agronegócio. Assim, em vez de empregar a expressão agrotóxico, a versão do livro que chega às escolas públicas em 2026 substituiu pelo termo “defensivos agrícolas”. Foram ouvidos 12 trabalhadores do mercado editorial, e todos denunciaram sofrer pressão para retirar dos livros escolares conteúdos verdadeiros, com comprovação científica, mas considerados negativos para o agronegócio (LOBATO, 2026).

Além dos agrotóxicos, os pedidos de alteração afetam, principalmente, conteúdos sobre desmatamento, queimadas, mudanças climáticas, consumo de água, conflitos agrários e escravidão contemporânea. Ainda, os depoimentos apontam que preocupações comerciais fizeram com que algumas editoras cedessem a apelos do lobby. O caso mais citado é o da Somos Educação — dona das marcas Ática, Saraiva, Scipione, Anglo e Pitágoras (LOBATO, 2026).

A análise da atuação da associação *De Olho no Material Escolar* e da associação *Mães do Agro* revela uma dimensão preocupante da consolidação da hegemonia do agronegócio no

Brasil: a tentativa sistemática de controlar não apenas a terra e os recursos naturais, mas também as mentes e a formação crítica das futuras gerações. Essa ofensiva representa muito mais do que uma simples disputa por narrativas; constitui um ataque direto aos fundamentos da educação pública, democrática e plural (Alentejano, et al., 2023; Cordeiro, 2022).

A preocupação deveria estar centrada na sofisticada operação de propaganda e censura, financiada pelas mesmas corporações que lucram com a devastação ambiental, a concentração de terras e a exploração do trabalho no campo. A estratégia de silenciamento adotada por essa associação é particularmente perversa porque se apropria de um discurso aparentemente técnico e científico para mascarar interesses puramente econômicos e ideológicos (Freitas, 2024).

A tentativa de apagar da memória e da consciência coletiva a luta histórica dos povos do campo por terra, dignidade e justiça social é evidente. Ao buscar censurar discussões sobre reforma agrária, violência no campo e direitos dos povos tradicionais, esses movimentos não apenas distorcem a realidade, mas também desrespeitam a memória de milhares de brasileiros que perderam suas vidas na luta por um campo mais justo (Fernandes, 2014; CPT, 2024; CPT, 2025). É uma forma de violência simbólica que complementa a violência física que o agronegócio continua a exercer nos territórios.

No âmbito da formação docente, o programa “Mestres no Agro” explicita uma dimensão ainda mais profunda dessa ofensiva. Ao oferecer capacitação e atualização para profissionais da educação, o movimento atua diretamente na formação continuada de professores, influenciando não apenas o conteúdo ensinado, mas também as abordagens pedagógicas e as interpretações sobre o campo e o desenvolvimento rural. Essa intervenção revela uma estratégia de longo alcance, na medida em que incide sobre os mediadores do conhecimento, ampliando a capacidade de difusão de sua perspectiva ideológica no interior das escolas. Possui o apoio de secretarias, como por exemplo a Secretaria de Agricultura de São Paulo (Justiça SP, 2024). Essa composição desmistifica a narrativa de espontaneidade e revela a *De Olho no Material Escolar* como um sofisticado instrumento de lobby e propaganda do agronegócio (Cordeiro, 2023).

O programa realiza palestras, cursos de extensão e eventos formativos, e é composto por representantes da ESALQ-USP, Embrapa, FGV e Insper. Em 2024, realizou o evento piloto “Mestres no Agro”, realizado em Piracicaba/SP, e contou com o apoio da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo. O evento foi direcionado a professores,

assistentes pedagógicos, supervisores, orientadores educacionais e especialistas em currículo do Curso Técnico em Agronegócio de 53 diretorias de ensino. Em 2026, o evento terá sua segunda edição no mesmo município.

Já iniciativas como “Vivenciando a prática” e “#SeLigaNoCampo” evidenciam a atuação no nível da experiência escolar e da formação de estudantes. Ao promover visitas técnicas, imersões e atividades culturais, o movimento aproxima o agronegócio do cotidiano dos alunos, construindo uma imagem positiva e naturalizada do setor. Essas ações operam no plano simbólico e afetivo, reforçando narrativas que associam o agronegócio ao progresso, à inovação e à sustentabilidade, ao mesmo tempo em que silenciam ou minimizam seus impactos sociais e ambientais.

Para se ter uma ideia dessa aproximação, entre os anos de 2023 e 2025, a associação levou mais de 5.000 estudantes e professores à Agrishow, em Ribeirão Preto (SP), com apoio de empresas como Jacto, John Deere, Bayer, Coopercitrus, Sicoob Cocred, Stara, New Holland, e Coplacana, para promover a “conexão entre campo e cidade” (De Olho No Material Escolar, 2025).

Essa articulação, que envolve todas as camadas da área educacional, demonstra que a atuação do “De Olho no Material Escolar” integra uma estratégia mais ampla de territorialização (i)material do agronegócio. Ao incidir simultaneamente sobre políticas públicas, materiais didáticos, formação docente e experiências escolares, o movimento amplia sua capacidade de produzir consenso e influenciar a formação de subjetividades. Conforme apontam Nannini e Marcusso (2023), essa combinação entre coerção e consenso constitui elemento central na consolidação da hegemonia do agronegócio no campo educacional.

Dessa forma, a presença do agronegócio na educação não pode ser compreendida como ação isolada ou pontual, mas como parte de um projeto político que busca redefinir o papel da escola e os conteúdos do ensino. Ao promover uma narrativa que exalta os aspectos produtivos e econômicos do setor, ao mesmo tempo em que invisibiliza conflitos agrários, desigualdades sociais e impactos ambientais, essas iniciativas contribuem para a construção de uma visão parcial da realidade, comprometendo a formação crítica dos estudantes.

Evidenciam-se várias contradições na negação dos efeitos que as ações do agronegócio têm sobre a sociedade e o meio ambiente (Lamosa; Loureiro, 2021). Enquanto a campanha promove uma imagem de sustentabilidade, a realidade do agronegócio, documentada por diversas fontes, é de devastação ambiental e violência (LAPIG, 2024). A expansão da fronteira agrícola é o principal vetor do desmatamento no Cerrado e na

Amazônia (LAPIG, 2024). O uso massivo de agrotóxicos, defendidos pela campanha como “medicamentos para as plantas”, contamina solos, águas e populações, gerando graves problemas de saúde pública (Lamosa; Loureiro, 2021). Além disso, a violência no campo, com assassinatos, ameaças e trabalho escravo, é uma realidade diretamente ligada à expansão do agronegócio, como demonstram os relatórios anuais da Comissão Pastoral da Terra (CPT, 2024; 2025).

A campanha também cria uma ideia equivocada de que existe uma divisão entre o agronegócio, considerado moderno, e a agricultura familiar, vista como atrasada, ignorando que o modelo do agronegócio, ao concentrar terras e recursos, é o principal responsável pela asfixia da agricultura familiar, que, paradoxalmente, produz a maior parte dos alimentos consumidos no Brasil (Mitidiero; Goldfarb, 2021). Ao fazer isso, o movimento busca apagar o debate sobre a reforma agrária, um tema central para a justiça social no campo (Fernandes, 2014).

A ofensiva do agronegócio na educação reflete uma disputa ideológica que visa consolidar sua hegemonia nos territórios (i)materiais, como argumentam Fernandes (2008) e Vinha (2014). Na geografia, a ideologia opera como um conjunto de ideias que legitima relações de poder, moldando visões de mundo que favorecem determinados grupos sociais (Fernandes, 2008). A De Olho no Material Escolar atua como um vetor ideológico, promovendo uma narrativa que exalta o agronegócio como sinônimo de progresso e sustentabilidade, enquanto desvaloriza saberes camponeses e indígenas, classificando conteúdos críticos sobre desmatamento ou trabalho escravo como “preconceituosos” (Nannini; Marcusso, 2023).

Fernandes (2008) destaca que os territórios imateriais, como a educação, são espaços de construção de identidades e resistências, onde o agronegócio busca neutralizar narrativas alternativas para consolidar sua hegemonia. A exclusão de perspectivas críticas nos currículos escolares, aliada ao fechamento de escolas rurais, configura uma violência simbólica que marginaliza a educação do campo e limita o pensamento crítico (Alentejano, 2023).

As intencionalidades dessa ofensiva revelam uma disputa por territórios (i)materiais para o desenvolvimento no campo. Fernandes (2008) argumenta que a territorialização do agronegócio implica a destruição dos territórios camponeses, tanto físicos quanto imateriais,

enquanto a resistência camponesa requer a desconstrução dessa hegemonia por meio da afirmação de identidades e saberes próprios.

O Programa *De Olho no Material Escolar* age com a intencionalidade de naturalizar a concentração fundiária e a monocultura, deslegitimando a educação do campo, que valoriza a agroecologia e a pluralidade cultural. Essa ação reforça a subalternidade das comunidades rurais frente ao avanço do latifúndio moderno, utilizando a educação como um instrumento para legitimar relações de poder (Elias, 2010).

A disputa educacional reflete, assim, uma luta entre a territorialização do agronegócio, que busca homogeneizar valores, e a resistência camponesa, que defende a educação como um espaço de emancipação e justiça social (Fernandes, 2014). Diferentemente de disputar um “pedaço” de terra, o Programa luta pela construção de narrativas que tentam estabelecer relações de poder no campo, disputando poderes explicativos sobre o espaço rural, afetando sobremaneira a educação. Assim, além de dominar terras, indústrias, comércios, finanças, mídia e centros de pesquisa, dissemina posturas político-ideológicas na interpretação do espaço agrário para, conseqüentemente, continuar o processo de territorialização do agronegócio.

A interferência desses grupos representa uma ameaça concreta à autonomia pedagógica e à liberdade de cátedra. Quando uma associação financiada por empresas privadas, como a Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), que representa JBS, Cargill e outras, consegue influenciar o conteúdo dos livros que chegam às escolas públicas, estamos diante de uma privatização indireta da educação, onde os interesses do mercado se sobrepõem aos interesses da sociedade e da formação crítica dos estudantes (Freitas, 2024).

Essa ofensiva não ocorre no vazio; ela está inserida em um contexto mais amplo de avanço do conservadorismo e do autoritarismo na educação brasileira, que tem na associação Escola sem Partido seu precursor mais conhecido. A associação *De Olho no Material Escolar* e *Mães do Agro* representam uma versão mais sofisticada e financiada dessa mesma lógica, impondo uma única verdade, aquela interessada aos grandes donos do poder. A perspectiva crítica é silenciada em nome de uma suposta neutralidade que, na prática, é profundamente parcial (Cordeiro, 2023).

A atuação das associações transcende uma simples disputa de narrativa, configurando-se como uma estratégia sistemática de controle ideológico que ameaça os

pilares democráticos da educação brasileira. Ao buscar homogeneizar o pensamento crítico nas escolas através da interferência nos principais instrumentos de política educacional do país, esses grupos promovem uma perigosa inversão: transformam a educação de ferramenta de emancipação em instrumento de legitimação de interesses corporativos. O resultado é o empobrecimento do debate educacional, a supressão da pluralidade de vozes e a formação de uma geração desprovida das ferramentas críticas necessárias para compreender e transformar a realidade social brasileira.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante desse cenário, torna-se urgente que educadores, pesquisadores, movimentos sociais e a sociedade civil organizada se mobilizem para defender a educação pública como um espaço de debate, reflexão crítica e construção de conhecimento plural. É preciso resistir à tentativa de transformar as escolas em aparelhos de propaganda do agronegócio e garantir que os estudantes tenham acesso a uma educação que os capacite a compreender criticamente a realidade brasileira em toda sua complexidade.

A análise da trajetória do agronegócio brasileiro revela um processo complexo de consolidação hegemônica que transcende a dimensão puramente econômica. Desde a modernização conservadora dos anos 1960-1980 até a atual configuração como força dominante no cenário nacional, o setor construiu um projeto de poder que abrange as esferas econômica, política, social e cultural.

A desconstrução da narrativa hegemônica revela contradições fundamentais entre o discurso oficial do setor e sua realidade concreta. Enquanto se apresenta como pilar da economia nacional, responsável por mais de 25% do PIB, os dados oficiais mostram que a contribuição direta da agropecuária não ultrapassa 5,4%. Essa distorção metodológica serve para inflacionar artificialmente a importância do setor e justificar políticas públicas favoráveis, como a Lei Kandir, que representa uma significativa renúncia fiscal.

Os impactos socioambientais da territorialização do agronegócio são profundos e multidimensionais. A expansão das fronteiras agrícolas promove não apenas a destruição de biomas fundamentais como o Cerrado e a Amazônia, mas também a expulsão de comunidades tradicionais e indígenas de seus territórios ancestrais. O uso intensivo de agrotóxicos contamina solos, águas e populações, gerando graves problemas de saúde pública que são sistematicamente negligenciados pela narrativa oficial do setor.

A violência no campo, documentada pelos relatórios da CPT, revela que o modelo do agronegócio está intrinsecamente associado a conflitos pela terra, assassinatos de lideranças rurais e exploração de trabalho análogo à escravidão. Esses dados contradizem frontalmente a imagem de modernidade e progresso social propagandeada pelo setor.

A ofensiva do agronegócio na educação, representada pelos movimentos *De Olho no Material Escolar* e *Mães do Agro* revela a compreensão do setor de que a hegemonia não se sustenta apenas através do controle econômico e político, mas requer também o domínio das narrativas e da formação das consciências. A tentativa de controlar o conteúdo dos materiais didáticos, através de poderes explicativos, representa uma forma sofisticada de censura que ameaça a pluralidade do debate educacional e a formação crítica dos estudantes.

O território (i)material abrange o pensamento, o conhecimento e as ideias, configurando-se como um espaço de disputa em que o agronegócio busca consolidar sua hegemonia. Nesse sentido, o território (i)material, manifesta-se na tentativa de controle das subjetividades, saberes e narrativas, operando por meio de estratégias que visam legitimar um projeto hegemônico de sociedade. A penetração do agronegócio nas escolas e nos materiais didáticos revela uma tentativa de territorialização ideológica que atua na constituição do imaginário social sobre o campo, os modos de vida tradicionais e a própria ideia de desenvolvimento.

O agronegócio promove uma narrativa que naturaliza seu modelo produtivo, silenciando críticas e moldando o imaginário social, especialmente de crianças e jovens. Assim, o território (i)material da educação torna-se um campo de batalha onde o agronegócio busca legitimar sua visão de progresso, obscurecendo os impactos socioambientais e as desigualdades que perpetua. Resistir a essa investida é essencial para preservar a educação como um espaço de reflexão crítica, capaz de promover uma compreensão plural e emancipatória do espaço rural brasileiro.

REFERÊNCIAS

AGB. ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS. **A Nova Ofensiva do Agronegócio sobre a Educação**. Disponível em: <https://agb.org.br/a-nova-ofensiva-do-agronegocio-sobre-a-educacao-geoagraria-e-gtagraria/> . Acesso em: 2 ago. 2025.

ALENTEJANO, Paulo et al. A dupla ofensiva do agronegócio sobre a educação: fechamento de escolas e disputa político-ideológica. **Terra Livre**, [S. l.], v. 2, n. 57, p. 433–470, 2022. DOI: 10.62516/terra_livre.2021.2320. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/2320>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **PL 490/07 e marco temporal colocam em risco os direitos dos povos indígenas, alerta presidenta da Funai**. Brasília, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2023/201cpl-490-07-e-marco-temporal-colocam-em-risco-os-direitos-dos-povos-indigenas201d-alerta-presidenta-da-funai>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Programas do livro**. Brasília, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programas-do-livro>. Acesso em: 1 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Contexto. In: **Plano Nacional de Educação**. Brasília: MEC, 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/pne/contexto>. Acesso em: 2 ago. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <https://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL DE FATO. **Lobby do agronegócio se organiza para fiscalizar material escolar**. Brasil de Fato, 10 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/10/lobby-do-agronegocio-se-organiza-para-fiscalizar-material-escolar/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

BRASIL DE FATO. **Ruralistas lançam campanha contra livros didáticos com críticas ao agronegócio**. Brasil de Fato, 17 fev. 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/ruralistas-lancam-campanha-contra-livros-didaticos-com-criticas-ao-agronegocio/>. Acesso em: 28 jul. 2025.

BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH- USP, 2017. 296 p

BOMBARDI, L. M.; CHANGOE, A. **Comércio tóxico: a ofensiva do lobby dos agrotóxicos da União Europeia no Brasil**. Coordenação: SEATTLE TO BRUSSELS NETWORK. Editora: Helen Burley. Contribuições: Laura Hieber et al. Abril 2022.

A Investida do Capital na Educação: uma análise dos territórios (i)materiais do agronegócio a partir do “de olho material escolar” e “mães do agro”. Patrícia Abadia Roberto; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

CAMPOS, C. S. S. **A face feminina da pobreza em meio à riqueza do agronegócio: trabalho e pobreza das mulheres em territórios do agronegócio no Brasil: o caso de Cruz Alta/RS.** 1. ed. Buenos Aires: CLACSO, 2011.

CAMPOS, J. F. S. **Leituras dos territórios paradigmáticos da Geografia Agrária: análise dos grupos de pesquisa do estado de São Paulo.** 2012. 389 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

COOPERCITRUS. REVISTA AGROPECUÁRIA DIGIT@L. **“De Olho no Material Escolar” planta verdades para colher conhecimento – Letícia Jacintho.** Disponível em: <https://revistacoopercitrus.com.br/de-olho-no-material-escolar-planta-verdades-para-colher-conhecimento-leticia-jacintho/> . Acesso em: 2 ago. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2017.** Goiânia: CPT, 2018. Disponível em <https://cptnacional.org.br/documento/conflitos-no-campo-brasil-2017-web/> . Acesso em: 29 jul. 2025.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2023.** Goiânia: CPT, 2024 Disponível em <https://cptnacional.org.br/acervo/conflitos-no-campo/caderno-de-conflitos/> . Acesso em: 29 jul. 2025

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil 2024.** Goiânia: CPT, 2025. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/caderno/conflitos-no-campo-brasil-2024/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

CORDEIRO, T. G. B. F. Agro sem partido? Coerção e consenso – a investida do agronegócio na educação brasileira. **Trabalho Necessário**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 41, p. 1-23, jan./abr. 2022. DOI: 10.22409/tn.v20i41.52265. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/52265> . Acesso em: 2 ago. 2025.

CNA. **PIB do agronegócio fecha 2024 com crescimento de 1,81%.** Disponível em: <https://www.cnabrazil.org.br/noticias/pib-do-agronegocio-fecha-2024-com-crescimento-de-1-81#:~:text=A%20participa%C3%A7%C3%A3o%20do%20agroneg%C3%B3cio%20na,respectivamente%2C%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20a%202023> . Acesso em: 2 ago. 2025.

DE OLHO NO MATERIAL ESCOLAR. **Quem Somos.** Disponível em: <https://deolhomaterialescolar.com.br/>. Acesso em: 5 jul. 2025.

DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012).** Porto Alegre: UFRGS Editora, 2012.

ELIAS, D. Mitos e nós do agronegócio no Brasil. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, Brasil, v. 25, n. 2, p. e-182640, 2021. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2021.182640. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geousp/article/view/182640>. Acesso em: 3 ago. 2025.

A Investida do Capital na Educação: uma análise dos territórios (i)materiais do agronegócio a partir do “de olho material escolar” e “mães do agro”. Patrícia Abadia Roberto; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

ENCONTRO DE DIÁLOGOS INTERDISCIPLINARES LATINO-AMERICANOS, 1., 2021, São Paulo. Anais Eletrônico: PROLAN. **QUESTÃO AGRÁRIA**, por Bernardo Mançano Fernandes. Disponível em: <https://sites.usp.br/prolam/questao-agraria/>. Acesso em: 02 ago. 2025

FERNANDES, B. M. (org.). **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: BUAINAIN, A. M. (Org.). **Luta pela terra, reforma agrária e gestão de conflitos no Brasil**. Campinas: Unicamp, 2005. p. 35-62.

FERREIRA, M. de O.; VINHA, J. F. S. C. Expressões do agronegócio no Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba: a territorialização do setor sucroalcooleiro em Uberaba (MG). **Revista da AGB** – Seção Três Lagoas, v. 1, n. 31, p. 496-507, 2020.

FREITAS, H. **Agronegócio financia lobby para patrulhar livros didáticos**. Repórter Brasil, São Paulo, 30 out. 2024. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2024/10/agronegocio-lobby-livros-didaticos>. Acesso em: 3 ago. 2025.

FRIEDRICH, K. et al. **Agronegócio e pandemia no Brasil: uma sindemia está agravando a pandemia de COVID-19?** [S.l.]: IPEN; ABRASCO, 2021.

HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do "Agronegócio" no Brasil, **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, out., 2010, p. 159-176 Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais São Paulo, Brasil.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA IBGE. **Produto Interno Bruto - PIB**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 3 ago. 2025.

KATO, K. Y. M.; LEITE, S. P. Land grabbing, financeirização da agricultura e mercado de terras: velhas e novas dimensões da questão agrária no Brasil. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 16, n. 29, p. 458–489, 2020. DOI: 10.5418/ra2020.v16i29.12506. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/12506>. Acesso em: 3 ago. 2025.

LAMOSA, R.; LOUREIRO, C. F. B. Agronegócio e educação ambiental: uma análise crítica. **Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 83, p. 533–554, abr./jun. 2014.

LOBATO, G. **Pressão do agro altera conteúdos de livros escolares, denunciam editores**. **Aos Fatos**, fevereiro, 2026. Disponível em: <https://www.aosfatos.org/noticias/pressao-do-agro-altera-conteudos-de-livros-escolares-denunciam-editores/> Acesso em 20 mar. 2026.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro, RJ: Vozes, 2009

Caderno Prudentino de Geografia, Presidente Prudente, n. 48, v. 1, p. 139-167, 2026.
ISSN: 2176-5774

A Investida do Capital na Educação: uma análise dos territórios (i)materiais do agronegócio a partir do “de olho material escolar” e “mães do agro”. Patrícia Abadia Roberto; Janaina Francisca de Souza Campos Vinha.

MITIDIERO JUNIOR, M. A.; GOLDFARB, Y. **O agro não é tech, o agro não é pop e muito menos tudo.** São Paulo: Friedrich-Ebert-Stiftung; Associação Brasileira de Reforma Agrária, 2021. (Análise, n. 42).

MUNDO AGRO BRASIL. **De Olho no Material Escolar fará imersão com mais de 2 mil estudantes da região na Agrishow 2025.** Mundo Agro Brasil, 30 abr. 2025. Disponível em: <https://mundoagrobrasil.com.br/de-olho-material-escolar-2-mil-estudantes/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

NANNINI, W. T.; MARCUSSO, M. F. "De Olho no Material Escolar": o agro quer ser pop nas escolas combinando força e consenso. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 8, p. 1-25, 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A ALIMENTAÇÃO E A AGRICULTURA (FAO). **Em foco Mapeando a subnutrição e a insegurança alimentar em todo o mundo.** Disponível em: <https://www.fao.org/home/en>. Acesso em: 30 dez. 2005.

PORTO-GONÇALVES, C. W. et al. A contra reforma na lei e na marra Brasil 2015 –2017. **CPT: CONFLITOS NO CAMPO BRASIL** 2017, Brasil, p. 26-48. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/wp-content/uploads/2025/03/conflitos-no-campo-brasil-2017-web.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2025.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder.** São Paulo: Ática, 1993

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 2, n. 02, p. 45–65, 2017. DOI: 10.5418/RA2005.0202.0004. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/anpege/article/view/6611>. Acesso em: 3 ago. 2025.

VINHA, J. F. S. C. Território (i)material e Geografia agrária: paradigmas em questão. **Revista NERA**, [S. l.], n. 23, p. 27–42, 2014. DOI: [10.47946/rnera.v0i23.2636](https://doi.org/10.47946/rnera.v0i23.2636). Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/2636>. Acesso em: 27 mar. 2026.

Submetido em: agosto de 2025

Aceito em: abril de 2026